

A Geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil

MARIA APARECIDA REZENDE MOTA*

A multiplicidade e a variedade de estudos históricos que temos visto, ultimamente, acerca dos processos simbólicos de construção de identidades coletivas parecem decorrer da percepção, cada vez maior, da centralidade do imaginário social na constituição e no desenvolvimento da vida humana e social.

Quando tratamos, nesta perspectiva, da noção de pertencimento a uma nação, estamos lidando com uma das mais poderosas operações por meio da qual uma coletividade se percebe e se organiza. Derivada do estabelecimento dos estados modernos e introduzida no vocabulário político pelos filósofos iluministas, a idéia de nação é muito recente, mas, a necessidade à qual ela corresponde – organizar a existência comunitária humana – parece existir desde que os homens começaram a formar agrupamentos sociais.

Cornelius Castoriadis assinala que nação e nacionalismo não são somente conceitos elaborados no interior de uma racionalidade, mas “coisas inventadas” no domínio da imaginação social, pressupondo uma complexa rede simbólica que as sanciona e lhes confere vigência. O papel dessas invenções – ou significações – imaginárias compartilhadas por um grupo é o de fornecer soluções a problemas que, conforme suas palavras, todas as coletividades no decorrer dos tempos se formularam: *Quem somos nós? Que somos nós diante do mundo?* As “respostas” a essas questões definem uma identidade coletiva e os modos de funcionamento dessa coletividade, originando, portanto, suas instituições sociais, ou seja, sua organização econômica, sua configuração política, seus mitos, sua religião, enfim, toda a atividade simbólica, na qual e mediante a qual, as ações individuais ou coletivas se produzem e produzem seus significados (CASTORIADIS, 1982: 139-197).

Considerar a nação deste ponto de vista, portanto, significa levar em conta seu caráter de artefato simbólico, produzido e alimentado pelo imaginário social, e a forma historicamente mais recente de constituição de uma identidade coletiva. Como toda e qualquer representação identitária, a nação, além de designar uma forma simbólica de pertencimento e de reconhecimento dos indivíduos em relação a uma comunidade, cumpre um papel, o de

* Instituto de História / Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ). Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ e Pós-doutora pelo Programa de Pós-doutorado da

2

produzir uma “ordem”, isto é, de equacionar, no interior da coletividade, seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais.

Na Europa, ao longo de todo o século XIX, pensar a própria nação, descrever sua paisagem, descobrir e coletar as manifestações culturais de seu povo, investigar sua origem, projetar seu futuro – responder, enfim, à pergunta *O que somos?* –, constituiu-se em ocupação recorrente da consciência letrada. A História e o Romance modernos tornaram-se os lugares privilegiados desse tema, sujeito e objeto de uma escrita que se queria comprometida com as idiossincrasias nacionais.

No Brasil das últimas décadas do século XIX, um conjunto heterogêneo de letrados – aos quais se chamou, com maior ou menor convicção, de Geração de 1870 – também se dedicou às mesmas tarefas que seus confrades europeus. A vasta produção desses escritores empenhados em compreender, explicar e mostrar a nacionalidade a si mesma revela, para além das representações construídas àquela altura para definir uma identidade “brasileira”, as dificuldades e os impasses que historiadores, romancistas, cronistas e poetas enfrentaram nessa busca de uma unidade essencial que, simultaneamente, distinguiria o *Nós* e o *Outro*.

O exame dessa questão aproxima-nos de Portugal, uma vez que pensar o Brasil, para a Geração de 1870, significava, em primeiro lugar, avaliar nossas relações de parentesco com a metrópole que nos colonizara. Do outro lado do Atlântico, a cena literária também contava com intelectuais preocupados não exatamente em responder à pergunta *O que somos, nós, os portugueses?*, mas, a uma outra: *Por que não somos mais o que fomos?* A Geração de 70 portuguesa, integrada, entre outros, por Antero de Quental, Eça de Queirós, Oliveira Martins e Teófilo Braga inquietava-se com o estado da nação. Tratavam, pois, de apontar seus males – políticos, econômicos, sociais e morais – para que se pudesse *reinventar* a nacionalidade. É possível constatar a existência de algumas semelhanças nos dois processos, embora, os limites deste trabalho permitam, apenas, algumas considerações breves.

Formada predominantemente por jovens bacharéis egressos de Coimbra ou da Faculdade de Direito do Recife, dispostos a interferir na cena cultural com suas propostas e suas polêmicas, essa geração de escritores, tanto no Brasil como em Portugal, manifesta uma necessidade premente de decifrar, analisar, descrever e avaliar o *ser português* e o *ser*

3

brasileiro. Tratava-se do mesmo movimento auto-analítico, fundamento e estratégia de um projeto político ambicioso – (re)criar a nação –, cujo conteúdo crítico dirigia-se ao anacrônico sistema monárquico, aos modelos arcaicos de pensamento e de ensino e à produção e consumo de uma literatura, a romântica, considerada sentimental e escapista. Tanto a Geração de 1870 portuguesa, quanto a brasileira, indicavam a urgência em promover a superação dessas condições político-culturais para que se produzisse a renovação de suas respectivas sociedades, libertando-as da decadência, ou do atraso.

No discurso desses escritores encontramos recorrentemente uma sociedade ignorante, preconceituosa, submissa e apática. Essa era a auto-imagem a ser redesenhada, reformada, regenerada. Para isso, engajaram-se numa prática crítica e pedagógica, caracterizada por uma militância político-literária, com a qual julgavam ser possível transformar a massa submissa ao poder político e ao poder religioso em um conjunto de cidadãos aptos para acompanhar a *marcha do progresso*, conduzindo Portugal e Brasil ao mundo civilizado. Observemos um pouco mais de perto, um desses “militantes”.

Em 1872, o jovem e praticamente desconhecido, Joaquim Pedro de Oliveira Martins publicava o ensaio *Camões, “Os Lusíadas” e a renascença em Portugal*. A nação heróica e gloriosa que Camões criara pela escrita, assegurava Oliveira Martins, iniciara sua derrocada após uma trágica sucessão de acontecimentos que culminaram, em 1578, com o desaparecimento do rei, D. Sebastião; a derrota de seus exércitos no norte da África; e o controle de Portugal pela Espanha, em 1580. A partir daí começaria a interminável agonia nacional que Oliveira Martins iria dissecar em trabalhos subseqüentes, sobre os quais paira a percepção de Camões como um duplo de Portugal, ambos, gemendo a sua miséria:

Acabrunhado em uma pocilga, velho, pobre, só, irremediavelmente perdido [Camões], era a própria imagem da pátria. (...) Dois anos de agonia, dois anos de silêncio e dor, dois anos como os passou Portugal, debatendo-se miseravelmente nas vascas do falecimento, dois anos mais – e ao mesmo tempo, em 1580, Portugal e Camões caíram na terra fria de uma sepultura. (MARTINS, 1891: 113-115).

A tese que Oliveira Martins viria a desenvolver, sete anos depois, na *História de Portugal*, já se encontrava esboçada no ensaio: a nação portuguesa originara-se da vontade de sua população e dos seus príncipes e barões, e não, de especificidades geográficas ou raciais. Quando essa vontade de *ser* coletivamente se enfraquece, a nação adocece. Era isso que se verificava, desde o final do século XVI: a lenta agonia do organismo português. O país só

4

permanecia independente – Oliveira Martins constatava-o de maneira brutal – porque era conveniente ao equilíbrio europeu. “Não vivemos desde 1641 sob o protetorado da Inglaterra? Não chegamos a ser positivamente uma feitoria britânica?” (MARTINS, 1880: 231-232).

Entretanto, no mesmo ano em que Oliveira Martins publicava a *História de Portugal*, mais exatamente no dia 10 de junho de 1880, Lisboa acordava com uma festa cívica, para a qual Teófilo Braga – companheiro de geração e historiador como Martins – conclamara a população, por meio de circulares dirigidas às autoridades, às escolas superiores, às academias e aos liceus. Tratava-se do 4º. Centenário da morte de Camões e a festa, a primeira grande manifestação pública do Partido Republicano, ao qual Teófilo Braga pertencia. Para o historiador açoriano, a celebração justificava-se, entre outros motivos, porque *Os Lusíadas* representava a “síntese perene do espírito nacional português” e, nesta perspectiva, pertencia à mesma linhagem de *Eneida*, de Virgílio, e de *A divina comédia*, de Dante Alighieri, “afirmações sublimes da unidade da Civilização Ocidental” (BRAGA, 1891: 78).

Por que as imagens de Camões e de Portugal confundiam-se na escrita de Oliveira Martins e de Teófilo Braga? Por que o poema épico, publicado em 1572, era percebido como a forma escrita e imortal da essência portuguesa? Por que Camões figurava ao lado de Dante e de Virgílio, atribuindo-se às suas narrativas o caráter de representações de uma comunidade – imaginada e imaginária – designada como *Civilização Ocidental*?

Tais questões nos conduzem ao projeto político desses letrados, na medida em que é possível interpretar essa exaltação de Camões como um investimento simbólico, cujo ganho final seria o reerguimento da nação. Em outras palavras: a reconstrução da nacionalidade passava pela construção de um *continuum* ligando o Portugal do presente – “um povo em catalepsia ambulante, não se lembrando nem d’onde vem, nem onde está, nem para onde vai” (JUNQUEIRO, 1896: 193), como o descreveu Guerra Junqueiro – ao do passado, quando o lusitano, “a quem Netuno e Marte obedeceram”, cobriu-se de glórias. Cabe assinalar, entretanto, uma dimensão mais ampla nas palavras de Teófilo Braga: unir Camões, Dante e Virgílio implicava integrar Portugal a outro plano identitário – Roma, herdeira da Grécia – de onde, de acordo com a tradição, provinham os fundamentos civilizatórios da Europa.

Entretanto, essas não eram as únicas respostas elaboradas pela Geração de 70 portuguesa para os dilemas da nacionalidade. Eça de Queirós, por exemplo, em *A cidade e as*

5

serras, propunha ao *sujeito nacional*, metaforizado no personagem Jacinto de Thormes, o abandono dessa civilização esmagadora e artificial, cujo símbolo era Paris, e o retorno à vida rústica no Baixo Douro, os seja, ao Portugal profundo, natural, autêntico (QUEIRÓS, 1970: 717-869). Antero de Quental, no sentido oposto ao de Teófilo Braga e, de certa forma, ao de Eça, exortava: “Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno” (QUENTAL, 1982: 294). Se todas essas possibilidades poderiam conduzir Portugal à autognose e, por decorrência, ao aperfeiçoamento, do lado de cá do Atlântico, como o Brasil era pensado, definido e projetado? Como a Geração de 1870 brasileira respondia à pergunta *O que somos?*

As respostas mais frequentes apontavam para um vácuo identitário. A nação simplesmente não existia. Do ponto de vista étnico, éramos uma raça ainda em formação; do ponto de vista histórico, nossa experiência coletiva não era “autêntica” porque, derivada e consequência da história da metrópole; nossa literatura permanecia “alheia aos mais graves problemas humanos e sociais porque a sociedade não tem nenhum interesse nisso”, como observava José Veríssimo (VERÍSSIMO, 1977: 43). Enfim, éramos “um dos povos mais deteriorados do globo”, de acordo com Sílvio Romero (ROMERO, 1880: 5). Além disso, uma nação não poderia ser reconhecida nem se reconhecer como tal, com 70% de sua população analfabeta. Esta era a opinião de Machado de Assis, assustado com os números divulgados pelo recenseamento de 1876:

A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância. (...) 70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porque nem o quê. Votam como vão à festa da Penha, – por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado (ASSIS, 1986: 345).¹

Machado constatava uma das principais razões que levava seus companheiros de geração a tratarem a questão da instrução pública como prioritária, se pretendêssemos acertar o passo com a *marcha da Civilização*. Antes, porém, precisava-se *inventar* a nação e remodelar o Estado. Formados no culto à Ciência, era natural que, para levar adiante esse projeto, os intelectuais do período julgassem prioritário estudar “cientificamente” o país para

¹ Crônica publicada originalmente na *Ilustração Brasileira*, em 1876.

6

propor-lhe soluções e remédios. Os modelos políticos, as doutrinas e as teorias eram-lhes, até certo ponto, acessíveis. Diretamente dos navios para os livreiros, chegavam o sistema parlamentar inglês e a república federativa norte-americana; Henry Thomas Buckle e o determinismo geoclimático; Auguste Comte e a passagem da sociedade do estado “metafísico” para o “positivo”, sob a orientação de uma elite técnica e científica; o darwinismo social de Herbert Spencer, demonstrando a progressão contínua do organismo social pela transformação do homogêneo em heterogêneo; Jules Michelet e o triunfo progressivo da consciência humana sobre as limitações materiais e sociais. E desembarcavam, também, Vitor Hugo, paradigma da ação e da escrita revolucionárias; Honoré de Balzac, Gustave Flaubert, Émile Zola e Eça de Queirós, desnudando as mazelas sociais e humanas.

Cientificista, realista e liberal, a seu modo, o discurso dos letrados brasileiros, considerado em seu conjunto, revela, no entanto, a difícil conciliação entre sistemas e modelos muitas vezes antagônicos. Como combinar, por exemplo, o darwinismo social, com a conveniência, mesmo a necessidade, de um Estado forte que realizasse as mudanças para as quais a sociedade parecia não ter nem vontade, nem competência? Manifesta-se, portanto, nesse discurso, o traço peculiar às arquiteturas do pensamento construídas com diferentes materiais: não propriamente um ecletismo, mas, impasses, dilemas, contradições.

A nação não sabia ler, reconhecia Machado, mas as elites letradas desejavam explicar a nação para ela mesma. Desse propósito resultaram as inúmeras histórias políticas e histórias da literatura; os estudos, os ensaios, toda a sorte de trabalhos voltados para o exame dos problemas do presente e para a investigação do passado, com o que se supunha possível prever ou formular as possíveis tendências do futuro. Os *homens de letras* queriam criar um conhecimento próprio, “brasileiro”, e novo, sobre o Brasil, como revelou Capistrano de Abreu, numa carta, de 17 de abril de 1890, ao Barão do Rio Branco:

Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a história do Brasil, não a que sonhei há muito anos no Ceará, depois de ter lido Buckle (...) – uma história modesta, a grandes traços e largas malhas até 1807. (...) Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebro os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por [Joaquim Manoel de] Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. (ABREU, 1976: XI-XII)

Leitor do transformismo e do evolucionismo, como seus contemporâneos, Capistrano parecia também estar em dia com o vocabulário de algumas das ciências mais avançadas à

7

época, a Química e a Biologia. No debate que travou com Sílvio Romero, sobre o papel exercido pelos índios e pelos negros na constituição do povo brasileiro, o historiador cearense desenvolveu seus pontos de vista com o auxílio de conceitos daquelas duas ciências. Contestando Romero que creditava aos negros um papel proeminente na definição da nacionalidade brasileira, Capistrano perguntava: “Qual [foi] o princípio, civil e social ao mesmo tempo, sério e fecundo, deixado pelos pretos? (...) Quais as tradições, deles originadas, que provem mais do que a sua selvageria e ignorância? Confesso humildemente que ignoro” (ABREU, 1938: 161)².

A polêmica, eivada dos preconceitos típicos da época, revela alguns traços recorrentes do pensamento dessa geração: a preocupação com a origem da nacionalidade e o critério étnico para explicá-la. Para Capistrano, o povo brasileiro, como nos processos químicos, resultara de combinações, dissoluções e decomposições das três raças postas em contato:

Combinado com os metais e com os metalóides, o cloro produz cloruretos [sic]. E esses, quando de origem metálica, se forem postos em contato com a água, podem ser solvidos ou sofrer outras alterações físicas, mas nunca são decompostos. Quando de origem metalóidica, decompõem-se pela água, e resolvem-se em novas substâncias. Os Tupinambás representam aqui os cloruretos de procedência metalóidica, – foram decompostos radicalmente pelos portugueses. Os portugueses representam os cloruretos metálicos: passaram por mudanças muito menos graves, em presença dos Tupinambás. O elemento aborígine é, se permitem a expressão, o veículo em que se dissolveu o elemento português. E o africano também (ABREU, 1938: 166-167).

Entretanto, como classificar a “substância” resultante? E mais: nessa perspectiva, qual teria sido a ação do elemento europeu que sofrera mutações, mas, “muito menos graves”? Os portugueses, segundo Capistrano, não representavam muito, nem pela qualidade, nem pela quantidade porque, embora fosse inadequado compará-los aos negros e aos índios, “aferidos pela craveira da Ocidentalidade coeva, a sua cultura não se destacava grandemente”. Ora, Portugal, no tempo das grandes navegações era certamente uma nação rica, não só pelo comércio e pelas novas terras incorporadas ao reino, mas, também, pela arte e pela cultura. Provavelmente Capistrano percebeu a incoerência de sua argumentação, uma vez que acabou por admitir terem sido os portugueses “o primeiro povo do globo”, nos séculos XVI e XVII. Mobilizando, então, o instrumental da Biologia encontra, finalmente, as causas que teriam levado a “substância” resultante, o Brasil, a desandar:

² Artigo publicado originalmente na *Gazeta de Notícias*, em 1880.

Direi então: a civilização portuguesa adiantada como era, tinha de sofrer um retrocesso fatal sendo transferida para o Brasil, porque toda a civilização é função de aparelhos e órgãos muito complexos. Desde que de envolta com as funções não viessem os órgãos correlativos, as funções baixariam de atividade, o que implica a atrofia, mais ou menos completa, dos órgãos correspondentes (ABREU, 1938: 168).

O Brasil padecia, portanto, de um vício de origem: a associação de raças atrasadas nas quais, a européia, se “dissolvera”, ao invés de “civilizá-las”. E por que os portugueses não teriam conseguido transportar a civilização para cá? A resposta de Capistrano trará, agora, a marca da sociologia biológica spenceriana. Como a lei de Spencer postulava que “as estruturas complicadas exigem grandes massas”, o historiador cearense irá apontar, na escassez de “massa de procedência portuguesa” que pudesse criar estabelecimentos industriais, centros de instrução e focos de movimentos artísticos, a razão para que os colonizadores, em chegando ao Brasil, não se conservassem “no mesmo elevado degrau da escala social”. Assim, o organismo nacional nascera atrofiado. Nascera e permanecera.

Machado de Assis, menos preocupado com análises “científicas” sobre as origens na nação e mais, com o cotidiano, onde ela se manifestava, numa crônica (desconfortavelmente atual) de 1878, apontava uma das peculiaridades brasileiras:

Duas coisas, entretanto, perduram no meio da instabilidade universal: – 1º. a constância da polícia que todos os anos declara editalmente ser proibido queimar fogos, por ocasião das festas de S. João e seus comensais; 2º. a disposição do povo em desobedecer às ordens da polícia. A proibição não é simples vontade do chefe; é uma postura municipal de 1856. Anualmente aparece o mesmo edital, escrito com os mesmos termos; o chefe rubrica essa chapa inofensiva, que é impressa, lida e desrespeitada. Da tenacidade com que a polícia proíbe, e da teimosia com que o povo infringe a proibição, fica um resíduo comum: o trecho impresso e os fogos queimados (ASSIS, 1986: 380).³

O Machado sociólogo vocalizava, provavelmente pela primeira vez no mundo das letras, aquela que viria a ser uma das constantes da autoimagem do brasileiro – “a bossa da ilegalidade”, de acordo com suas palavras –, isto é, nossa tendência a considerar que a lei não foi feita para ser cumprida e que a coisa pública é tão vaga e abstrata que não nos é dado nem pensá-la, nem vivê-la.

Entretanto, voltemos aos nossos intérpretes, ou melhor, às suas explicações. Já aludimos aqui ao peso do conceito de *raça* nas teorias em voga nas décadas finais do Oitocentos. Não podemos, contudo, ignorar que a proeminência dessa noção na linguagem das

³ Crônica publicada originalmente em *O Cruzeiro*, em 1878.

9

formulações científicas e na visão de mundo de então, relacionava-se radicalmente à nova configuração do planeta sob o signo do imperialismo europeu. A percepção de um mundo dividido e organizado de acordo com uma hierarquia civilizacional dominava o discurso europeu, a ponto de impregnar a política, a estética e até a epistemologia imperialistas de um sentido inevitável e inescapável (SAID: 1995).

Como as elites pensantes brasileiras conseguiam lidar com esse sistema de crenças e valores sustentado pelo binômio *raça* e *civilização* e que, no limite, projetava o desaparecimento de mestiços e negros frente às raças superiores? São muitas as evidências discursivas do desconforto de nossos letrados. Para alguns, a solução era esperar que o processo de “branqueamento” superasse as previsões pessimistas. Para outros, como, por exemplo, Medeiros e Albuquerque, que viria a ser Diretor de Instrução Pública no Distrito Federal, sob a prefeitura de Pereira Passos, o tom era de medo:

Nós somos uma nacionalidade em formação. Não, porém, em uma formação regular, orientada para um certo ideal, para um estádio futuro que seja possível pressentir desde já. Se fosse assim, teríamos uma literatura original e forte. Mas, somos uma nação que se vai formando anarquicamente, sem rumo. (...)
Continuaremos unidos? Continuaremos independentes? Da fusão de todos os elementos étnicos que se vão misturando em proporções irregulares no nosso território, que povo sairá? Não sabemos nada disso (RIO, 1994: 67).

Spencer, Darwin e Haeckel haviam sido alguns dos principais mestres do pensamento da geração de escritores nascida em torno de 1850. Pois, aqueles mentores permaneceriam orientando, ainda no início do novo século, as reflexões dos que apenas iniciavam sua carreira literária, um Graça Aranha ou um Euclides da Cunha, por exemplo, ambos quase que obcecados com a variável étnica na explicação do país. *Os sertões* alinhava-se, portanto, ao programa encetado na década de 1870, o de apresentar a nação a si mesma. Sob o viés de uma sociologia biológica profundamente tributária de Spencer e de Haeckel, Euclides retomava as questões – *O que somos? O que iremos ser?* Qual seria o futuro de um país que, de um lado, engendrara, pelo isolamento social e racial, Canudos e o Conselheiro, paroxismos da tragédia racial, e de outro inventara uma imitação da Europa à beira do Atlântico? Essa civilização de empréstimo teria condições de alcançar o sertão e de promover a transformação do país numa única nação? Na “Nota Preliminar”, o autor observa que se as “sub-raças sertanejas” se transformarem, em pouco tempo, em espécies efêmeras, ou extintas, isto aconteceria não porque o Brasil litorâneo tivesse predominado étnica e culturalmente sobre o Brasil profundo,

10

mas, devido às exigências da civilização e à intensidade das correntes migratórias. Do ponto de vista racial, portanto, o futuro do *ser nacional* era incerto. A única esperança que Euclides da Cunha concede a si mesmo e ao leitor é a hipótese de desenvolvimento das instituições. Sem isso, não haveria como garantir a existência nacional: “A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (CUNHA, 1975: 62).

Euclides da Cunha ainda encontrava nas leis determinantes da natureza física e biológica uma possibilidade de salvação para a nacionalidade. Nem isso encontrava Graça Aranha que, no ensaio apropriadamente intitulado “Pessimismo brasileiro”, constatava que toda a organização social e política, aqui, tinha sido, até o momento, obra de plágio, “sem caráter, que não sai do nosso sangue e do nosso pensamento”. Não éramos uma nação de homens de guerra, ou de estadistas; muito menos de filósofos, artistas, ou santos. Isso decorria de uma simples condição: “O pensamento, função cerebral, é a expressão do indivíduo e da raça. No Brasil o pensamento é mestiço” (ARANHA, 192-: 165).

Entretanto, o discurso científico não detinha o monopólio das “explicações” sobre o Brasil. A necessidade imperiosa de autoconhecimento nacional manifestou-se, também, no discurso ficcional. Observar, descrever e interpretar – exigências de um novo estilo de narrar – configuravam, também, a forma de representar/apresentar a sociedade, de tal sorte que, reconhecendo-se na *verdade*, nem sempre bela das letras, ela se tornasse consciente de suas mazelas e desequilíbrios, de modo a superá-los. O romance realista-naturalista trazia, portanto, em sua trama e em seus personagens, esse apelo à autognose social.

Quanto se examina o romance moderno, observa-se que a rede de representações que mobiliza, opera em dois níveis do simbólico: possibilitar ao leitor encontrar-se e reconhecer-se nas vicissitudes dos personagens (donde, seu êxito) e provocar sua identificação com uma coletividade anônima – que ele imagina existir e, da qual, imagina fazer parte – instituída como *real*, pelas noções de simultâneo e de contínuo. Conforme assinalou Benedict Anderson, esses esquemas temporais, centrais na narrativa ficcional moderna, concorrem para que o leitor se perceba como parte de um conjunto homogêneo, de “uma comunidade compacta que se move firmemente através da história”, de uma nação, enfim (ANDERSON, 1989: 31-45).

11

Ora, qualquer elaboração identitária articula experiências novas e antigas, produz familiaridades e estranhamentos. No Brasil, essa invenção de uma identidade coletiva pode ser percebida já na escrita ficcional romântica, quando Gonçalves Dias e José de Alencar, ao investirem o índio de predicados positivos, convertem-no em origem heróica e honrada do *ser brasileiro*. Para a Geração de 1870, contudo, essa representação idealizada soava falsa, assim como soavam ilusórias e alheias ao espírito de combate – que ela julgava possuir –, a melancolia e as “saudades” dos poetas românticos. Estes, porém, aceitando as sugestões de Ferdinand Denis, Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Ferdinand Wolf⁴, haviam criado mais um “personagem” que nos distinguiria do *Outro*. Assim, a primeira geração romântica voltou-se para a natureza tropical em busca da fonte de inspiração que daria origem a uma escrita autenticamente nacional (LIMA, 1989: 130-152).

Para a geração cientificista, contudo, a natureza assumiria outra dimensão. Na ausência de uma História rica em vultos exemplares e atos heróicos; de uma raça superior que imprimisse uma direção firme ao *povo*; de uma cultura própria, pois que tudo era imitação e empréstimo; na ausência, enfim, de uma vontade coletiva de *ser coletivamente*, a singularidade nacional, isto é, o Brasil propriamente dito, revelava-se na natureza – a física (clima, solo, relevo, vegetação) e a fisiológica (raça e temperamento). José Veríssimo empregava essas categorias para analisar a obra de Gonçalves Dias:

Pela primeira vez a nossa poesia traz um sopro em que se misturam o acre das essências e o suave dos perfumes da nossa mata virgem, o hálito dos nossos campos, o sentimentalismo dengoso e sensual da nossa paixão amorosa, da nossa dor, em que se casam a saudade do português e a nostalgia do negro, alguma coisa enfim que era bem nativo... (VERÍSSIMO, 1977: 14).

Entretanto, a opção pela natureza, como princípio fundador da existência individual e nacional, podia tornar-se perigosa. Na esfera da explicação do real, a certeza de um destino irreversível cristalizava-se nos múltiplos determinismos, de raça, de meio, de temperamento. No romance e no conto, personagens e enredos submetiam-se ao destino cego das “leis

⁴ Ver de Ferdinand Denis, *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824), *Brésil* (1837) e *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826); de Almeida Garrett, *Bosquejo da história da poesia e da língua portuguesa* (1826); de Alexandre Herculano, *Futuro literário de Portugal e do Brasil* (1847) e, de Ferdinand Wolf, *Le Brésil littéraire* (1863).

12

naturais”, conforme preconizavam os mestres franceses Flaubert e Zola e propagavam Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, colaboradores de alguns dos principais periódicos brasileiros⁵.

Em conformidade, portanto, com esses modelos de escrita, o romancista buscará revelar as moléstias da vida íntima e da vida pública, os defeitos morais da sociedade e dos indivíduos, não se contentando em descrevê-los, mas, descobrindo-lhes a *verdade*, isto é, as determinações que os definiam e os sujeitavam. Em Ana Rosa, principal personagem feminina de *O mulato*, Aluísio Azevedo condensou a associação perniciosa entre hereditariedade, fisiologia e educação. A jovem frágil e vulnerável – tipo sócio-psicológico, com o qual o autor sintetizava a mulher pertencente à classe média maranhense –, herdara da mãe uma hipersensibilidade que tendia à histeria e recebera da avó, auxiliada pelo cônego Diogo, uma educação fortemente marcada pelo preconceito racial e por uma concepção do catolicismo, como castigo e penitência. Apesar da nefasta combinação entre sangue e meio, Ana Rosa é “salva” pelo casamento com um rapaz português, empregado no armazém do pai. Porém, seu primo, Raimundo José da Silva, *o mulato*, embora culto e formado “com distinções e bonitas notas” em Direito por Coimbra, encontra a desgraça, por ser bastardo, mestiço, e por ter ousado pretender a mão da branca Ana Rosa (AZEVEDO, 1945).

O destino sombrio dos personagens que o realismo naturalista impiedosamente traçava, irá alcançar seu ápice em *O cortiço*. Suas características fazem-no exemplar de um modelo de narrativa que, espelhando-se no relato científico, pretendia representar “objetivamente” a realidade, descrevendo-a, da perspectiva das leis que a regiam. Com esse romance, Aluísio Azevedo confirmava a ótica e o significado da narrativa naturalista, isto é, a impotência a que estavam relegados os indivíduos diante dos determinismos que condicionavam a existência individual e social.

Para além, contudo, da fidelidade ao cânone naturalista, *O cortiço* pode ser interpretado como um dos exemplos mais cabais de narrativa que, ao instituir a natureza física e fisiológica como “explicadora” da realidade individual e social, simultaneamente, institui no

⁵ Eça de Queirós colaborou regularmente na *Gazeta de Notícias*, de 1880 a 1887, tendo, inclusive, participado na organização do suplemento literário daquele periódico. Em 1893, uma pesquisa realizada pela revista literária *A Semana* apresentava, como resposta à questão “Quais são os seis melhores romances escritos em língua portuguesa?”, em primeiro lugar, *Os Maias*, seguido de *O Primo Basílio*. Aparecia ainda em quarto lugar, *A relíquia*, o que confirmava a preferência do público pelo escritor português e pelo realismo naturalista.

13

imaginário social o resultado dessa “explicação”, ou seja, a identidade do *ser nacional*. Algumas passagens serão suficientes para ilustrar o argumento. A paixão do cavouqueiro português, Jerônimo, por Rita Baiana, “volúvel como toda mestiça”, representava a metamorfose do europeu nos trópicos:

Uma transformação, lenta e profunda operava-se nele, dia a dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição, para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros (AZEVEDO, 1967: 114).

Extraordinária descrição da derrota de um português – de um europeu – pela única arma que o *brasileiro* dispunha: o ardor insuportável do sol, conjurado pela raça primeva, o indígena, agora, exterminada...

O cortiço, personagem principal dessa narrativa, é descrito como um formigueiro que, ano após ano, ganhava forças, abarrotando-se de gentes – portugueses, italianos, negros e mestiços –, ameaçando engolir as casas vizinhas, tal qual uma “floresta implacável”, cujas raízes, “piores e mais grossas do que serpentes”, surgiam por toda parte, rachando o solo e abalando tudo. Trata-se, portanto, de uma alusão metonímica ao Brasil, em cuja paisagem luxuriante e esmagadora, a mistura entre brancos e negros resultou no *mulato*, investido, *na e pela* linguagem, de um significado agregador, como personificação simbólica da identidade nacional, produto dos mecanismos implacáveis da raça, do clima e da hereditariedade.

O sol desempenha no enredo um papel proeminente; ele está no centro de uma das cenas mais representativas do imaginário literário sobre a natureza dos trópicos. Pombinha, “a flor do cortiço”, já com dezoito anos, “não tinha ainda pago à natureza o cruento tributo da puberdade”, motivo de grandes preocupações para a mãe e de comentários dos vizinhos. Numa manhã ardente de verão, a moça, não mais suportando seu quarto estreito e sufocante, sai para caminhar. Deita-se na relva, dorme e sonha: o sol, “enorme borboleta de fogo”, esparge uma nuvem de poeira dourada sobre a donzela que geme e suspira, “sob aquele eflúvio luminoso e fecundante”.

Nisto, Pombinha soltou um ai formidável e despertou sobressaltada, levando ambas as mãos ao meio do corpo. E feliz, e cheia de susto ao mesmo tempo, a rir e a chorar, sentiu o grito da puberdade sair-lhe afinal das entranhas, em uma onda vermelha e quente. A natureza sorriu-lhe comovida. Um sino, ao longe, batia alegre as doze badaladas do meio-dia. O Sol, vitorioso estava a pino e, por entre a copagem negra da mangueira um dos seus raios descia em fio de ouro sobre o ventre da rapariga, abençoando a nova mulher que se formava para o mundo (AZEVEDO, 1967: 162).

O deslocamento do significante masculino para o sol é exemplar nesta narrativa que antropomorfiza os elementos naturais e privilegia os determinismos do mundo físico na construção e na transformação dos personagens e de seus destinos.

O cortiço apresenta uma série de denúncias: a exploração praticada pelos comerciantes portugueses; as condições terríveis de trabalho dos operários na pedreira; as parcas hipóteses de ascensão social para as camadas pobres; a devassidão das classes dominantes. No entanto, a crítica ao *status quo* não fazia necessariamente de Aluísio Azevedo, ou do escritor naturalista, um rebelde que lutasse politicamente pela mudança social. O tratamento das questões humanas e sociais, do ponto de vista das leis da natureza, conferia a essa narrativa um caráter desiludido e fatalista, não raro, conformista. Entretanto, a percepção dos mecanismos sócio-econômicos que produziam a desigualdade, demandaria que o narrador estivesse apto a observar e avaliar o sistema de trabalho e de exploração. Numa sociedade fundada sobre os alicerces da escravidão e da exportação do lucro, as marcas da opressão e da violência real e simbólica adquiriam – e adquirem – o invulgar atributo da invisibilidade e, portanto, da indecibilidade. Sob a ótica naturalista, a sujeição aparecia como fado e fardo, de origem fisiológica, inapelável e impermeável, portanto, à mudança.

A elaboração simbólico-discursiva do *Nós* e do *Outro*, completa-se nesse modelo de literatura “objetiva”, com as palavras de Piedade de Jesus, a infeliz portuguesa abandonada pelo marido – que a trocara pela *mulata* Rita Baiana –, morto, afinal, pela navalha do *mulato* Firmino. Julgamos que poucas passagens, na poética da Geração de 1870, expõem de forma tão clara a singularidade da paisagem brasileira, hiperbólica e intimidadora:

E maldizia soluçando a hora em que saíra da sua terra; essa boa terra cansada, velha, como que enferma; essa boa terra tranqüila, sem sobressaltos nem desvarios de juventude. Sim, lá os campos eram frios e melancólicos, de um verde alourado e quieto, e não ardentes e esmeraldinos e afogados em tanto sol e em tanto perfume como os deste inferno, onde em cada folha que se pisa há debaixo um réptil venenoso, como em cada flor que desabotoa e em cada moscardo que adeja há um vírus de lascívia. Lá, nos saudosos campos da sua terra, não se ouviam em noites de lua clara roncar a onça e o maracajá, nem pela manhã, ao romper do dia, rilhava o

bando truculento dos queixadas; lá não varava pelas florestas a anta feia e terrível, quebrando árvores; lá a cascavel não chocalhava a sua campainha fúnebre, anunciando a morte, nem a coral esperava traidora o viajante descuidado para lhe dar o bote certo e decisivo; lá o seu homem não seria anavalhado pelo ciúme de um capoeira; lá Jerônimo seria ainda o mesmo esposo casto, silencioso e meigo, seria o mesmo lavrador triste e contemplativo, como o gado que à tarde levanta para o céu de opala o seu olhar humilde, compungido e bíblico (AZEVEDO, 1967: 208).

As representações contrastantes da paisagem tropical, jovem, inculta e hostil (à maneira de Buckle) e da paisagem européia, antiga, domesticada e plácida, mal encobrem os impasses de uma linguagem indecisa quanto ao substrato da *nação brasileira*: se a natureza, ou a civilização.

Os românticos haviam inaugurado a poesia e o romance, como testemunhos de nossas diferenças (natureza, costumes, modos de falar) em relação a Portugal, no âmbito do projeto de emancipação política e cultural. A geração cientificista de 1870, dividida entre o *Ocidente* e o *Trópico*, como origem e sentido do *ser nacional*, manteve, contudo, o mesmo paradigma observacional/documental. Capistrano de Abreu afirmava que aqui se aprendia por livros e não por fatos e que “vivendo no meio de uma Natureza rica além de toda expressão”, sabíamos mais da bibliografia científica estrangeira do que da fauna e da flora que nos cercam (ABREU, 1938: 54).

Que valor simbólico identitário poder-se-ia conceder ao conhecimento de *nossas* plantas e de *nossos* animais? Se antes, com a geração romântica, a natureza brasílica distinguia-se como um dos *loci* preferenciais da diferença entre Brasil e Portugal, agora, que se dispunha dos instrumentos científicos para descrevê-la e explicá-la – como magistralmente o fez Euclides da Cunha –, poder-se-ia, com mais rigor, responder à pergunta *quem somos nós*. Uma vez que, para desgraça de suas elites letradas, o Brasil não se constituía a partir de uma vontade consciente e coletiva e que, por conseguinte, não se podia contar com seu povo – “uma multidão quase amorfa, sem um caráter firme, intransigente, definido” (ROMERO, 1911: 17) –, os predicados que nos singularizavam, para *Nós mesmos* e para o *Outro*, encontravam-se na paisagem natural, no sangue mestiço e na cor local⁶.

⁶ Ferdinand Denis, no *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), recomendava aos escritores brasileiros que trouxessem, para o romance e a poesia, *cor local*, ou seja, os traços característicos das paisagens, dos costumes, dialetos e tradições orais.

Se insistimos na dimensão imaginária da construção discursiva da nação, por outro lado, não podemos deixar de assinalar seu conteúdo ideológico, isto é, sua função neutralizadora de conflitos reais, ou potenciais. Afinal, tratava-se de segmentos elitizados da população que se assumiam como guias da sociedade, observando e documentando uma realidade, postulada por parte substantiva desses mesmos letrados, como física, biológica, social e culturalmente inferior.

Cabe, contudo, nessas considerações finais, lembrar a sugestão de Fredric Jameson: “toda literatura tem que ser lida como uma meditação simbólica sobre o destino da comunidade” (JAMESON, 1992: 64). Para além, portanto, da dimensão ideológica do conceito de nação que esse programa literário favoreceu e elaborou, é possível inferir que ele respondia simbolicamente à pergunta *O que somos?* Nesta perspectiva, a Geração de 1870 empenhou-se apaixonadamente em decifrar nossos enigmas, deixando-nos o testemunho da palavra engajada na História e no Romance, de onde emergem os dilemas e as antinomias decorrentes da adoção de sistemas explicativos totalizantes, fundados numa *verdade* que a ciência da época instaurara. Nossos letrados, talvez, tivessem a esperança de que as filosofias progressistas da história, tributárias do triunfo da razão humana no século cientificista, esclarecessem o significado e a direção dessa existência coletiva – heteróclita, desigual e fragmentada – chamada Brasil.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976 [1ª. ed., 1907].

_____. *Ensaio e estudos*. Crítica e história. 3ª. série. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1938.

ANDERSON, Benedict. Concepções do tempo. In: _____. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ed. Ática, 1989 (Série Temas, 9). p. 31-45.

ARANHA, José Pereira da Graça. Pessimismo brasileiro. In: _____. *A estética da vida*. Rio de Janeiro; Paris: Livraria Garnier, [192-].

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. História de 15 dias. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar, 1986. v. III.

17

AZEVEDO, Aluísio Tancredo Gonçalves de. *O mulato*. 12.ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1945 [1ª. ed., 1881].

_____. *O cortiço*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1967 (Biblioteca de literatura brasileira) [1ª. ed., 1890].

BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes. *Camões e o sentimento nacional*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Lugan & Genelioux, 1891.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. In: _____. *A instituição imaginária da sociedade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 139-197.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975 [1ª. ed., 1902].

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*. A narrativa como ato socialmente simbólico. São Paulo: Ática, 1992 (Série Temas, 31).

JUNQUEIRO, Abílio Manoel Guerra. *Pátria*. 2.ed. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Ed., 1896 [1ª. ed., 1896].

LIMA, Luiz Costa. Natureza e História nos trópicos. In: _____. *O controle do imaginário*. Razão e imaginação nos tempos modernos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989 (Coleção Imagens do tempo). p. 130-152.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *Camões, "Os Lusíadas" e a renascença em Portugal*. 2.ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Lugan & Genelioux, 1891 [1ª. ed., 1872].

_____. Defesa da *História de Portugal* contra seus críticos. In: _____. *História de Portugal*. 2.ed. Lisboa: Bertrand, 1880 [1ª. ed., 1879].

QUEIRÓS, José Maria de Eça de. A cidade e as serras. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Ed., 1970, (Biblioteca Luso-brasileira). v. II, p. 717-869 [1ª. ed., 1901].

QUENTAL, Antero Tarquínio de. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos. In: _____. *Prosas sócio-políticas*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1982 [1ª. ed., 1871].

RIO, João do. Medeiros e Albuquerque. In: _____. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Dep. Nacional do Livro, 1994 (Coleção Raul Pompéia, 1) [1ª. ed., 1906].

18

ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Ensaio de generalização. Rio: Imprensa Industrial de João Ferreira Dias, 1880.

_____. *O Brasil na primeira década do século XX*. Lisboa: Tip. de “A Editora”, 1911.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VERÍSSIMO, José. Das condições da produção literária no Brasil. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*: 3a. série. Belo-Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977 [1^a. ed., 1903].